



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, podendo atuar no âmbito das demais operações de securitização. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários nas categorias "B" e "S2", na forma da Instrução nº 480/2009, e Resolução CVM nº 60/2021, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As demonstrações contábeis apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2014 e 2015, com lastro dos fluxos financeiros dos direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do ICMS ("PPI").

Operações realizadas: Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão com o Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu direitos creditórios originários do "PEP" no montante de R\$ 5.903.622 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.010 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com reservas restritas de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). Em 18 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 740.000, na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão. Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão. Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R\$ 5.334 com as disponibilidades de caixa da Emissora. Em 17 de junho de 2022, mediante o pagamento da 90ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o lucro auferido foi de R\$ 18.366 (R\$ 4.559, em 2021), tendo sido registrada perdas no recebimento dos créditos no

montante de R\$ 14.032 (R\$ 32.336, em 2021). A melhoria no resultado da Companhia derivou basicamente de 3 fatores: (i) a diminuição dos juros pagos mediante o resgate integral das debêntures emitidas, (ii) o forte declínio das perdas de crédito e (iii) a significativa expansão das receitas financeiras decorrente da elevação da taxa DI. A proposta da Administração da Companhia a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas prevê a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2022, no valor total de R\$ 18.366, da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no valor de R\$ 918; (ii) pagamento aos acionistas de JCP no valor de R\$ 4.250; (iii) pagamento aos acionistas de dividendos obrigatórios no valor de R\$ 4.362; e (iv) pagamento aos acionistas de dividendos adicionais no valor de R\$ 8.396, cujo montante encontra-se registrado na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no Patrimônio Líquido. As Demonstrações Contábeis serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante destas demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em milhares de reais (R\$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CPSEC esclarece que a empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., no exercício de 2022, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria. A Administração da CPSEC entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)					
ATIVO	Nota Explicativa	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE		290.733	360.557		
Caixa e Equivalente de Caixa	4	130.169	104.525		
Banco		20	393		
Aplicações financeiras		130.149	104.132		
Contas a Receber		5 e 9	108.318	157.490	
Direitos Creditórios a Receber - PPI		5,240	5.172		
Ajuste a Valor Justo		-	(64)		
Direitos Creditórios a Receber - PEP		102.525	151.524		
Ajuste a Valor Justo - PEP		553	867		
Outros Ativos Circulantes		2.028	1.231		
Outros Créditos		50.218	97.302		
Valores Transitórios a Receber	6	50.218	97.302		
NÃO CIRCULANTE		23.113	91.746		
Tributos Diferidos		9 e 14	4.925	11.016	
IRPJ e CSLL Diferidos - Valor Justo		-	22		
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		4,925	10.994		
Contas a Receber		5,9 e 15	18.177	80.715	
Direitos Creditórios - PPI Rompidos		12.239	12.694		
(i) Direitos Creditórios PPI Vencidos e Não Liquidados		(12.239)	(12.694)		
Direitos Creditórios a Receber - PEP		17.996	79.981		
Direitos Creditórios - PEP Rompidos		76.610	62.123		
(i) Direitos Creditórios PEP Vencidos e Não Liquidados		(76.610)	(62.123)		
Ajuste a Valor Justo - PEP		181	734		
Ativo Permanente		11	15		
TOTAL DO ATIVO		313.846	452.303		

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)					
PASSIVO	Nota Explicativa	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE		12.466	29.346		
Obrigações Sociais e Trabalhistas		211	197		
Obrigações Sociais		81	80		
Obrigações Trabalhistas		130	117		
Obrigações Fiscais Federais		14	954	1.005	
Debêntures	7	-	23.322		
Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		-	23.349		
(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino		-	(27)		
Outras Obrigações		11.301	4.822		
Valores Transitórios a Pagar	8 e 15	2.368	1.547		
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		270	224		
Dividendos e juros a pagar s/ Capital Próprio	10 e 15	8.612	3.000		
Outras obrigações		51	51		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.301.380	422.957		
Patrimônio Líquido		283.096	413.096		
Capital Integralizado		9.448	8.530		
Reserva Legal		8.836	1.331		
Reserva Especial		-	-		
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		313.846	452.303		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)						
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Lucro líquido do exercício	10	413.096	8.302	-	4.559	421.396
Destinações:						
Reserva Legal	10	-	228	(228)	(3.000)	(3.000)
Juros sobre Capital Próprio	10	-	-	1.331	(1.331)	-
Reserva Especial	10	-	-	1.331	-	1.331
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		413.096	8.530	1.331	-	422.957
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022		413.096	8.530	1.331	-	422.957
Redução do Capital Social (AGE 22/03/2022)	10	(130.000)	-	-	(130.000)	(130.000)
Dividendos - Pago	10	-	-	(1.331)	-	(1.331)
Lucro líquido do exercício	10	-	-	-	18.366	18.366
Destinações:						
Reserva Legal	10	-	918	(918)	(4.250)	(4.250)
Juros sobre Capital Próprio	10	-	-	(4.250)	(4.362)	(4.362)
Dividendos obrigatórios	10	-	-	8.836	(8.836)	-
Dividendos adicionais propostos	10	-	-	8.836	-	8.836
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		283.096	9.448	8.836	-	301.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009, para o objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários nas categorias "B" e "S2", na forma da Instrução nº 480/2009 e Resolução CVM nº 60/2021, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Em atenção à orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Comunicado SICOPEP nº 02/2020, no qual pede especificamente aos aspectos inerentes aos efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia informa que o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 apresentou uma acentuada desaceleração no volume de rompimento dos direitos creditórios, decorrente principalmente da maturidade da carteira de ativos financeiros, aspecto que beneficiou sensivelmente o resultado do exercício, proporcionando ainda uma arrecadação 5,6% superior às projeções orçamentárias da Companhia. Em 2022 houve o abrandamento das medidas restritivas relacionadas ao controle da pandemia provocada pelo COVID-19, em virtude do acentuado declínio no número de casos de vacinação na população. Todavia, 2022 foi mais um ano atípico e desafiador no cenário macroeconômico global, caracterizado pelas incertezas e desafios decorrentes dos problemas nas cadeias de produção industrial pós-COVID-19, assim como no cenário político mundial, em razão do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, potencializando a questão da escassez das fontes de energia, impactando fortemente os seus custos de obtenção. Os desdobramentos do conflito armado na Ucrânia, conjugado com os problemas decorrentes da COVID-19, levaram a uma deterioração da confiança dos investidores, em razão da alta volatilidade dos mercados financeiros, o que ocasionou a elevação das taxas de juros, em nível global, fatores reunidos que já afetaram e devem continuar afetando ainda mais a economia em sentido amplo, com a consequente redução do ritmo da atividade econômica e o risco de uma recessão generalizada. Em 15 de outubro de 2020 foi aprovada a Lei Estadual nº 17.293, que estabelece dentre outras medidas, a alteração das redações dos artigos 1º, 2º e "caput" do artigo 8º, e a inclusão dos artigos 9º-A, 9º-B e 9º-C a Lei nº 13.723/2009, que autorizou a criação da Companhia, aumentando a possibilidade de sua atuação no âmbito de operações de securitização. Neste contexto, a Companhia alterou seu Estatuto Social, e desde então, tem apresentado novos procedimentos de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Contábeis relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são necessárias no período em que as estimativas são revisadas, quando houver evidências de que: a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu custo histórico, exceto quando mensurado pelo seu valor justo, e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. **Aprovação das Demonstrações Contábeis:** A aprovação para conclusão destas Demonstrações Contábeis foi dada pela Administração da Companhia em 23 de março de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das Demonstrações Contábeis são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas a valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício ou pela data do balanço. **b) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados em **ativos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade. Valor justo é o valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo para a data de referência. **c) Instrumentos financeiros em moeda de transação:** Taxa efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso de instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. Se instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos de crédito, considerando o custo de oportunidade de todos os recursos disponíveis. **d) Instrumentos financeiros em moeda de transação:** Os instrumentos financeiros em moeda de transação demonstram como o grupo de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa da Companhia resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e os juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo. Perda de crédito esperada é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de créditos, compreendendo o valor justo líquido de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do respectivo instrumento financeiro. **e) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e Caixa e equivalentes de caixa e direitos creditórios a receber Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução de valor recuperável e reconhecidos no resultado do exercício. **f) Passivos financeiros:** Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se, por o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, e a Companhia tenha o direito legal e o direito de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **g) Redução ao valor recuperável ("impairment") - Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia, representados pelos direitos creditórios originários do PEP e do PPI estando classificados, de acordo do CPC 48 (IFRS 9), como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, pois atendem cumulativamente as condições de ser mantido dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais, e não sofrer qualquer perda, redução de valor recuperável ou redução de valor devido a deterioração de crédito, são avaliados de forma posterior, são integralmente utilizados para a amortização extraordinária das debêntures subordinadas inscritas pelo Estado de São Paulo, na forma de dação em pagamento, nos termos das escrituras e documentos das debêntures. Convém destacar, ainda, que este procedimento da dação em pagamento do estoque de direitos creditórios rompidos para a amortização das debêntures subordinadas inscritas pelo Estado de São Paulo não distorce o resultado, nem gera qualquer ganho ou perda subjetiva às partes (Companhia e Estado), pois tanto as taxas, como os saldos envolvidos nestes contratos, são idênticos e efetivamente produzem um resultado neutro para as partes. A razão da exposição ao risco de crédito, oportunamente são reconhecidos e efetuados os registros de perda sobre a carteira de direitos creditórios rompidos, que excederem ao saldo das debêntures subordinadas. A partir de junho de 2020 foram iniciados os procedimentos de contabilização das perdas

esperadas sobre a carteira de direitos creditórios, as quais são apresentadas na nota explicativa nº 5. **d) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. **e) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa aneta de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **Ativos e passivos contingenciais:** Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilização no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtido futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue: **• Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando em certa a sua realização do ativo. **• Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao exercício social, tais como processos de recuperação de créditos, processos de falência, processos de falência, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes apesar da incerteza quanto ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação, e as remotas não requerem provisões ou divulgação. **• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Contábeis. **f) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no período de imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Os montantes correntes são os valores a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas vigentes à época de apresentação das Demonstrações Contábeis, e quaisquer ajustes decorrentes de períodos anteriores. Os tributos diferidos são registrados, quando aplicável, com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, calculados utilizando a alíquota máxima de 34%, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. **g) Apuração de receitas e despesas:** As receitas e despesas são registradas em conformidade com as melhores práticas contábeis dos respectivos períodos. **h) Determinação do valor justo:** As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis. **i) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração de valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentadas em formulário suplementar, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	31/12/22	31/12/21	31/12/21
Bancos	20	393	
Aplicações Financeiras	130.149	104.132	
	130.169	104.525	
As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento, intitulados de BB CPSEC Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo (fundo exclusivo da CPSEC), BB Renda Fixa Curto Prazo Diferenciado Setor Público e BB Renda Fixa Solidez Diferenciado Fundo de Investimento, resgatáveis a qualquer momento e crédito em conta corrente no mesmo dia. Estes fundos de investimentos alocam seus recursos em cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa de Longo e Curto prazo, cuja carteira é composta por títulos públicos e privados. Todos são custodiados e administrados pelo Banco do Brasil, com taxas compatíveis com as de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras, registrado na rubrica de "Receitas Financeiras", alcançou o montante de R\$ 11.819 (R\$ 3.397, em 2021).			
5. CONTAS A RECEBER			
As Demonstrações Contábeis apresentadas contemplam os direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS/SEP - PEP ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do ICMS ("PPI"), adquiridos do Estado de São Paulo, controlador da Companhia. DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PPI: Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.841, atualizados pela Taxa Selic. O saldo da carteira destes recebíveis está assim demonstrado:			
Carteira de Recebíveis - PPI			
Classificação	31/12/22	31/12/21	31/12/21
Até 12 meses	5.240	5.172	
Total	5.240	5.172	
PPI rompido (1)	12.239	12.694	
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (2)	(12.239)	(12.694)	
Ajuste a Valor Justo a realizar (3)	-	(64)	
Total	5.240	5.108	
(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos (créditos com atraso superior a 90 dias). (2) Contabilização das perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PPI Rompidos). (3) Referem-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 9).			
Detalhamento das Receitas	31/12/22	31/12/21	31/12/21
Receita de Atualização PPI - Selic	251	53	
Receita PPI - Indenização	34	39	
Reversão Ajuste a Valor Justo - PPI	(283)	(102.040)	
Total da Receita de Atualização PPI	34	175	
DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PEP: Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R\$ 5.903.622, cuja atualização é pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. O saldo da carteira destes recebíveis está assim demonstrado:			
Carteira de Recebíveis - PEP			
Classificação	31/12/22	31/12/21	31/12/21
Até 12 meses	102.525	151.524	

